

AUDITORIA EXTERNA EM UM INSTITUTO DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO

Desemira Cervi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pós-Graduanda pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
cervicontabilidade@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo relata os resultados de uma auditoria externa em um instituto que atua no terceiro setor. A elaboração dessa auditoria, além de proporcionar o acesso a informações relevantes para a entidade, proporcionou a elaboração de um parecer, que pode servir de esteio para a efetivação de ações gerenciais visando a melhoria do seu controle contábil. A metodologia empregada, inicialmente, foi uma pesquisa bibliográfica para, na seqüência, ser utilizado um estudo de caso, envolvendo o exame de relatórios, documentos e demonstrativos contábeis da instituição do terceiro setor. Ao final do estudo, foi possível constatar que a auditoria externa é um componente relevante para as entidades do terceiro setor, não somente como forma de analisar a sua situação contábil, mas também gerar informações relevantes que podem tanto evidenciar o seu comprometimento com a transparência de suas ações sociais, gerenciais e contábeis, como também obter dados que possam contribuir no aprimoramento do seu gerenciamento.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria Externa; Contabilidade; Terceiro Setor; Gestão.

ABSTRACT: This article reports the results of an external audit at an institute that operates in the third sector. The preparation of such audit in addition to providing access to information relevant to the entity, provided the preparation of an opinion, which can serve as a beacon to the effectiveness of management actions to improve its accounting controls. The methodology was initially for a literature search, in turn, be used a case study involving the examination of reports, documents and financial statements of the institution of the third sector. At the end of the study, we determined that the external audit is an important component for the third sector entities, not only as a means of accounting to analyze your situation, but also generate relevant information that can either show your commitment to transparency its social, managerial and accounting, as well as obtain data that can contribute to the improvement of its management.

KEY WORDS: External Auditing; Accounting; Third Sector; Management.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira contemporânea é demarcada pela atuação social de três setores, sendo que, o Primeiro Setor refere-se ao setor público, responsável em

atender as questões sociais, em especial, disponibilizar atividades e serviços que venham a atender as necessidades básicas da população, como educação, saúde, segurança, entre outros; o Segundo Setor é composto pelas entidades que visam o lucro, disponibilizando atividades e serviços relacionados ao consumo na esfera produtiva e econômica; e o Terceiro Setor é constituído de organizações privadas que realizam ações de natureza pública, não visando o lucro, mas o atendimento a determinadas demandas sociais que não são adequadamente atendidas pelo Estado.

As ações sociais do Terceiro Setor vêm se destacando na sociedade brasileira, pelo fato de direcionar-se a atender determinadas demandas que não são adequadamente atendidas pelo ente estatal, possibilitando que a comunidade e/ou as pessoas atendidas tenham acesso a serviços e atividades que, na maioria das situações, são relevantes para seu bem estar.

Soldi et al (2012) relata que os institutos relacionados ao Terceiro Setor apresentam como principais características:

- a) Não são geridos por proprietários;
- b) Possuem autonomia para conduzi-rem suas atividades e administração;
- c) Suprem parte do papel do Estado atendendo necessidades sociais;
- d) Apresentam estrutura e presença institucional;
- e) São dotadas de interesse social e visam proporcionar benefícios à sociedade na qual atuam;
- f) São unidades econômicas;
- g) Necessitam de recursos para manter suas atividades, podendo a fonte ser pública ou privada;
- h) Não distribuem resultados aos seus membros, reinvestindo os *superávits* obtidos;
- i) Podem gozar de privilégios fiscais conforme a legislação vigente.

Para que possam desempenhar suas ações sociais de forma planejada, orientada por elementos gerenciais, como eficácia e eficiência, as entidades do Terceiro Setor podem utilizar-se da Contabilidade, que confere um direcionamento administrativo mais significativo, sobretudo no tocante ao controle sistematizado dos recursos, fundamentais para que haja, no decurso de suas atividades e ações, a observação de fatores como eficácia, eficiência e transparência.

A Contabilidade contribui com instrumentos específicos para atender as diferentes necessidades das instituições do Terceiro Setor, como a auditoria externa, que possibilita verificar se os procedimentos contábeis estão sendo efetivados conforme os preceitos legais e princípios vigentes, como também propiciar maior transparência, ao disponibilizar para os interessados (órgãos públicos controladores, instituições financiadoras, comunidade, fornecedores, bancos, entre outros) informações acerca da movimentação econômica e financeira, os controles contábeis instituídos, bem como a evolução patrimonial do instituto em determinado período.

Salado (2011, p. 2) relata que a auditoria externa representa para as entidades do Terceiro Setor:

[...] um dos procedimentos mais importantes utilizado pelos gestores que se preocupam em fazer uma boa administração e garantir mais verbas para os projetos de suas entidades, já que, por meio desta prática, ganham mais credibilidade junto à sociedade e conseqüentemente, conseguem mais doações e firmam novas parcerias com apoiadores e patrocinadores.

Considerando o exposto, o presente artigo apresenta uma auditoria externa realizada em um instituto do Terceiro Setor, como forma de realçar sua importância, tanto como instrumento contábil empregado para aquilatar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, como de informação, fundamental para que a transparência (fator relevante para a credibilidade das entidades deste setor) seja devidamente concretizada.

Justifica-se essa abordagem pelo fato das entidades do Terceiro Setor terem a necessidade de amparar suas ações junto ao tripé eficiência, eficácia e transparência, sendo que a auditoria externa, além de poder atestar a confiabilidade das informações contábeis, poderá destacar se os procedimentos contábeis adotados são adequados, além de propiciar informações que interessam diretamente aos agentes que se relacionam com tais entidades (órgãos estatais, empresas investidoras, comunidade, beneficiários, entre outros).

Nesse contexto, o objetivo geral que orientou a realização do artigo foi: apresentar um estudo de caso envolvendo o emprego da auditoria externa em uma organização do Terceiro Setor. Os objetivos específicos constituíram-se em: destacar aspectos gerais relativos ao Terceiro Setor; apontar a relevância da Contabilidade para as instituições deste setor; e apresentar a relevância do emprego

da auditoria em tais organizações. A partir desses objetivos, pretendeu-se atender a seguinte problemática: a auditoria externa é um fator relevante para as fundações do Terceiro Setor?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A atuação do terceiro setor, no Brasil, pauta-se pela intenção de agentes da sociedade civil em atuar em projetos sociais, atendendo algumas necessidades coletivas que, na maioria das vezes, relacionam-se com direitos fundamentais que não são totalmente efetivados pelo Estado.

Souza (2004, p. 61-62) indica que o terceiro setor fundamenta-se na:

[...] valorização e no fortalecimento da sociedade civil, representada institucionalmente pelas entidades que compõem este fenômeno social. Diante das dificuldades estatais em prover os cidadãos das mínimas condições socioeconômicas [...] e sabendo-se das mazelas decorrentes da não intervenção absoluta do Estado [...] propõe-se a participação da sociedade civil na complementação a estas necessidades, seja através dos próprios cidadãos organizados, seja através das instituições do mercado.

O terceiro setor não objetiva sobrepor-se ou substituir o ente estatal na efetivação de atividades que se constituem em direitos fundamentais, como a educação e a saúde, mas atuar, de forma organizada, para auxiliar a suprir a demanda que o Estado não consegue atender, sendo orientado por valores como solidariedade, cooperação e filantropia.

Serpa (2004, p. 38) relata que o terceiro setor é considerado como o “[...] seio no qual se criam e efetivamente se concretizam ações em prol da resolução da problemática social, na busca da valorização e promoção humana, por meio de formas criativas e eficazes”.

As principais entidades que compõem esse setor são: organizações não governamentais (ONG’s); instituições filantrópicas; instituições sociais sem fins lucrativos; clubes de serviços; entidades beneficentes; centros sociais e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Além das ações sociais que desenvolvem, as entidades do terceiro setor possuem como característica comum à condição de não objetivarem lucro, ainda que, no gerenciamento dos seus recursos, caso haja saldo positivo ao final do exercício financeiro, este não pode ser distribuído entre seus membros, mas sim reinvestido na própria organização.

Laurindo (2006, p. 70) assevera que “Não se cogita de instituições do Terceiro Setor com finalidades lucrativas, pois, caso contrário, se estaria falando do segundo setor, integrado pelo mercado, que busca eminentemente o lucro”.

O fato de não objetivar lucro não impede que as organizações do terceiro setor venham a utilizar-se da Contabilidade, que pode representar um importante mecanismo de gerenciamento dos recursos que estas possuem para efetivar suas ações sociais.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

As instituições do Terceiro Setor, mesmo não objetivando lucro econômico, necessitam possuir uma estruturação gerencial mínima para que possam concretizar suas ações sociais, de forma a contemplar fatores como eficácia, eficiência e transparência.

Tais fatores estão associados a essas instituições pelo fato destas gerarem emprego e renda, contribuindo para a movimentação da economia, ainda que seu foco seja a atuação social.

Passanezi et al (2010) relata que, no Brasil, o Terceiro Setor responde por “1% do PIB, sendo que R\$ 1 bilhão em doações. Reúne mais de 300 mil ONGs, além de fundações, institutos etc., empregando cerca de 1,2 milhões de pessoas e tem mais de 20 milhões de voluntários”.

Para melhor gerir com eficácia, eficiência e transparência tanto seus recursos financeiros, humanos e materiais, como o trabalho realizado pelos voluntários, as entidades do Terceiro Setor podem encontrar na Contabilidade um importante esteio gerencial. Coan e Megier (2010, p. 4) relatam que a Contabilidade, no Terceiro Setor:

[...] se faz importante [...] pois, como essas entidades recebem recursos públicos e privados, é necessário fornecer aos seus usuários informações e relatórios contábeis que evidenciem as operações realizadas pelas organizações. A contabilidade também atua como suporte à tomada de decisão e permite que os registros feitos sejam realizados de forma clara e consistente, de modo a possibilitar o cumprimento das exigências legais.

A Contabilidade, seja para atender as prerrogativas legais, seja como instrumento de gestão, possibilita que os institutos do Terceiro Setor tenham um

importante referencial de controle, como também de acompanhamento de operações financeiras, patrimoniais e econômicas.

Nesse sentido, a Contabilidade constitui-se em um referencial para que a instituição do terceiro setor possa desenvolver sua capacidade e sua competência em um ambiente pautado pelas pressões para que esta aperfeiçoe continuamente o sistema de administração, desempenho e controle institucional, para que o exercício de suas ações sociais tenha um lastro adequado as exigências legais e atendam aos interesses, não somente dos beneficiários, mas também dos responsáveis pelos investimentos na organização.

Um instrumento importante para as entidades do Terceiro Setor originário da Contabilidade é a auditoria externa que possibilita, entre outros fatores, atender ao ideário da transparência.

2.2 A AUDITORIA EXTERNA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

A auditoria representa um importante mecanismo contábil para analisar os registros e controle contábeis, constituindo-se, em síntese, um conjunto de ações de assessoramento e consultoria para o usuário, possibilitando que este possa ter maior segurança acerca da veracidade das informações contidas nos relatórios e demonstrativos contábeis.

Essa condição é identificada na definição apresentada por Motta (1992, p. 15) que considera a auditoria como:

[...] o exame científico e sistemático dos livros, contas, comprovantes e outros registros financeiros de uma companhia, com o propósito de determinar a integridade do sistema de controle interno contábil, das demonstrações financeiras, bem como o resultado das operações e assessorar a companhia no aprimoramento dos controles internos, contábeis e administrativos.

A auditoria divide-se em interna e externa. A auditoria interna representa um importante mecanismo de controle para os gestores da organização, pelo fato de apontar com rigor de detalhes o desenvolvimento dos procedimentos atrelados aos controles e demonstrativos contábeis.

Perez Júnior (1998, p. 15) relata que a auditoria interna tem como finalidade “[...] o exame dos controles internos e avaliação da eficiência e eficácia da gestão”,

com a intenção de “[...] promover melhoria nos controles operacionais e na gestão de recursos”.

A auditoria externa, por sua, efetivada por um auditor independente, caracteriza-se como o processo que visa demonstrar, para o público externo interessado que as demonstrações contábeis da empresa estão adequadas aos princípios legais e contábeis vigentes.

Rodrigues (2011, p. 3) relata que a auditoria externa permite:

- a) Comprovação, pelo registro, de que os fatos patrimoniais são exatos;
- b) Demonstração dos erros e fraudes encontrados;
- c) Sugestão das providências cabíveis, visando à prevenção de erros e fraudes;
- d) Verificação de que a contabilidade é satisfatória sob o aspecto sistemático e de organização;
- e) Verificação do funcionamento do controle interno;
- f) Proposição de medidas de previsão de fatos patrimoniais, com o propósito de manter a empresa dentro dos limites de organização e legalidade.

Os fatores apontados por Rodrigues (2011) ressaltam que a auditoria externa, no caso das organizações do Terceiro Setor, é relevante, para que estas possam demonstrar ao público a que está relacionado a seriedade com que executa o gerenciamento dos recursos financeiros, econômicos e patrimoniais que, na maioria das situações, é constituído de doações ou de recursos provenientes do ente estatal.

No entendimento de Chiaratti e Pinto (2011), a auditoria externa, nas entidades do Terceiro Setor, “[...] trabalha prevenindo e evitando o acontecimento de falhas e proporcionando a correção de erros em tempo hábil. A auditoria externa busca e avalia constantemente o sistema contábil e de controles internos”.

Além dessa condição, a auditoria externa possibilita a organização inserida no Terceiro Setor exercer a transparência, posto que, caso este fator não seja observado, no entendimento de Camargo (2001, p. 40):

[...] pode influir na captação de recursos, já que uma onda de desconfiança pode ser gerada por um ambiente de poucas informações ou de informações pouco claras. A relação transparente é importante para a captação de recursos, pois nenhum agente racional destinaria um valor de seu patrimônio a uma entidade obscura e sem evidências de que sua aplicação está sendo feita de forma apropriada.

As informações contidas na auditoria externa, no caso das entidades do Terceiro Setor, interessam aos seguintes públicos: público interno (colaboradores, voluntários, conselho diretor, conselho fiscal); financiadores e doadores nacionais e internacionais (públicos e privados); Estado (governo e órgãos reguladores); beneficiários; organizações parceiras; comunidade; bancos; fornecedores mídia e sociedade em geral (RANGEL, 2008).

Nesse contexto, a auditoria externa é um instrumento imprescindível para as organizações do Terceiro Setor, possibilitando a disseminação de informações que evidenciem a seriedade das ações executadas por seus gestores.

3 METODOLOGIA

A natureza metodológica deste trabalho consiste em pesquisa exploratória, por meio de levantamentos bibliográficos e realização de um estudo de caso em um instituto inserido no Terceiro Setor.

Malhotra (2001, p. 45) define pesquisa exploratória como:

A pesquisa exploratória visa a proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema destacado e objeto de estudo. Este esforço tem como meta tornar um problema complexo mais explícito ou mesmo construir hipóteses mais adequadas, possibilitando uma melhor compreensão sobre o assunto em tela.

Cabe ressaltar que o objetivo principal dessa modalidade de pesquisa é possibilitar a compreensão do problema proposto pelo pesquisador. Nesse contexto, ela subdivide-se em levantamento bibliográfico, onde foi colhida a teoria que aborda o tema, para, na seqüência, ser efetivado estudo de caso que Martins (2008, p. 11) considera como uma modalidade de pesquisa que permite “[...] apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado”.

4 ESTUDO DE CASO: RELATÓRIO CURCUNSTANCIADO DE AUDITORIA EXTERNA

Conforme proposta de auditoria externa independente apresentada e aprovada por esta entidade, foi realizada a revisão das demonstrações contábeis,

bem como, toda a movimentação contábil, financeira, administrativa e patrimonial do instituto IEEP referente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009.

Os trabalhos foram executados em conformidade com as normas de auditoria externa aplicáveis no Brasil, que pressupõem uma série de atributos por parte da auditoria, como segue: utilização de pessoal experiente, independência para julgamento dos fatos, grande zelo na realização dos trabalhos e na elaboração do Parecer, planejamento adequado, estudo criterioso dos sistemas e controles contábeis internos, a fim de determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria, e coleta de dados suficientes para permitir a emissão do Parecer. Realizamos uma revisão geral na documentação contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária para detectar possíveis descumprimentos de obrigações principais e acessórias.

São descritos abaixo os pontos críticos levantados e analisados referente ao período auditado, bem como, as devidas recomendações necessárias para alteração dos procedimentos contábeis adotados por esta entidade:

a) Movimento do caixa:

Foi verificado, no período auditado, que o movimento do caixa registrado na contabilidade não confere com o controle de caixa da entidade e nem com documentos fiscais de entradas e saídas anexados para comprovação.

Na movimentação do período analisado, foi detectado que vários lançamentos foram efetuados sem os devidos comprovantes ou em desacordo com a legislação vigente. Como por exemplo: Cupons fiscais preenchidos irregularmente; Notas fiscais sem a identificação do destinatário; Recibos simples de reembolso de passagens, sem os devidos comprovantes em anexo; Recibos de entrada/saídas de aluguéis de salas emitidos pela própria entidade sendo a mesma emitente e destinatário; Vários recibos do próprio Instituto emitidos como pagamento de ajuda de custo sem a identificação do beneficiário; Recibo simples sem numeração, de compra de móveis sem o CPF do emitente e não lançados na contabilidade; Pagamento via caixa no exercício de 2007 do seguro de um veículo Fiat Strada placa AMM 4921, sendo que o mesmo somente foi contabilizado no exercício seguinte.

No dia 01/01/2008 consta no caixa o lançamento de uma entrada de R\$ 58.140,00. Este valor está descrito como doação de recursos do Governo Federal para aquisição de veículos o valor de R\$ 48.540,00, aparece ainda uma venda de

um veículo gol no valor de R\$ 6.000,00 e 3.600,00 como doação PDA , porém não está anexado nenhum documento que comprove estas entradas. Na sequencia aparece lançado aquisição de um veículo Strada Placa AMM 4921 em 02/01 no valor de R\$ 25.924,00 e no dia 15/02 um veículo gol placas APS 6830 no valor de 22.990,00 que também não possui documentos comprobatórios.

No dia 10/03/2008 foi registrado uma entrada no caixa no valor de R\$ 469,95 ref. Doação para pagamento de INSS sem comprovação da origem e no mesmo dia aparece também no caixa um pagamento de INSS no mesmo valor de R\$ 469,95 e outro pelo banco através do cheque 0170 no valor de 307,09 ambos sem os comprovantes de recolhimento.

Foi identificado que no movimento do caixa houve o lançamento no primeiro dia útil de cada mês de um valor total como receitas, porém sem comprovação de sua origem. Confrontando as relações de despesas realizadas, observamos que as mesmas são praticamente idênticas às receitas lançadas no período auditado, dando a entender que se trata de um relatório fictício, não demonstrando a real movimentação financeira, conforme constatado no mês de junho/2008 está lançado pelo caixa na contabilidade o total de R\$ 5.941,13 como despesas, porém só existe documentos de suporte no valor de R\$ 4.604,19. No mês de julho/2008 está lançado pelo caixa na contabilidade o total de R\$ 7.611,56 como despesas, porém só existe documentos comprobatórios no valor de R\$ 6.019,04.

Foi constatado que está sendo utilizado para controle interno de caixa, o programa “conta plus”, no entanto o mesmo encontra-se desatualizado e parcialmente alimentado de dados, o que torna os seus relatórios sem efeito contábil.

Houve a identificação de que todos os relatórios do caixa no período auditado, não possuem assinatura do Conselho Fiscal, tesoureiro e responsável pela sua elaboração.

Mediante a situação encontrada, recomenda-se que os movimentos do caixa da entidade devem ser conciliados com a contabilidade e que todos os lançamentos sejam comprovados com documentos em acordo com a legislação vigente. Sendo que o caixa da entidade deverá ser fechado mensalmente, assinado pelo Tesoureiro, conforme prevê o Estatuto da entidade em seu artigo 23, e/ou responsável pela elaboração. Após, o Conselho Fiscal vigente conforme prevê o

Estatuto da entidade em seu artigo 26, deverá analisar / vistar e registrar em livro ata.

b) Movimento bancário:

Foi encontrado registrado na contabilidade somente a conta corrente 0123-2 na agência 0390 da Caixa Econômica Federal, utilizada para movimentos da rubrica administração.

Foi constatado que todas as cópias de cheques emitidos não contém assinatura dos responsáveis legais, não contém a descrição correta do banco e conta corrente e histórico do referido pagamento.

Verificou-se, no período auditado, a emissão de vários cheques para recolhimento de GPS/INSS, porém não encontramos as referidas guias para comprovação. Além disso, muitos deles não conferem com os lançamentos contábeis.

Observou-se que foram emitidos os cheque 090, 092 e 093 em 10/05/2007 e 15/05/2007 respectivamente, referente recolhimento de impostos e honorários contábeis de outra entidade (HEBRON SERV. ASSES. FLORESTAL LTDA).

Foram analisados no período auditado a emissão de várias cópias de cheques com valores consideráveis lançados na rubrica de pagamentos diversos, ou saques para o caixa. Porém, não houve a localização dos documentos comprobatórios das referidas despesas e o devido lançamento contábil do valor do saque em questão na conta do caixa.

Foi constatado que no dia 27/06/2007 ocorreu o recebimento de uma operação de câmbio sem o referido contrato.

Foi observado na sequencia que no dia 23/07/2007 o recebimento via transferencia eletrônica- TED na conta 0123-2 na agência 0390 da Caixa Econômica Federal o valor de R\$ 10.950,00 sem identificação do remetente e lançado na contabilidade na rubrica doações diversas.

Foi verificado, no período auditado, a emissão de vários cheques para pagamento de ajuda de custos, tendo como comprovante de pagamento recibos do próprio Instituto, sendo que muitos deles não possuem identificação do beneficiário.

Mediante as situações constadas, recomenda-se que todos os cheques emitidos pelo Instituto sejam efetuados com cópias de cheque contendo: o valor

correto de forma numérica e por extenso, legível devidamente datado e assinado pelos representantes legais, e ainda constar na cópia o número do cheque emitido, o número da conta e o histórico do referido pagamento. Somentamos que todos os pagamentos efetuados deverão estar devidamente comprovados com documentos de acordo com a legislação vigente e em nome do Instituto.

Cabe ressaltar ainda, que todos os recebimentos efetuados via conta bancária estejam amparados por documentos comprobatórios de sua origem.

c) Patrimônio:

Apurou-se o levantamento patrimonial do Instituto IEEP junto a contabilidade, sendo detectado a existência dos seguintes bens: 01 aparelho celular, 01 barraca, 01 fogão a gás 4 bocas, 01 fogão esmalte caribe, 01 veículo gol placas AMF-7139, 01 veículo gol placas APS-6830, 01 veículo Fiat/Strada placas AMM-4921, 01 motocicleta Yamaha placas APP-567, totalizando R\$ 75.757,90. Contudo, segundo a relação de bens sem descrição e sem valor monetário, que nos foi repassada pela diretoria desta entidade, relacionados abaixo sendo que os mesmos não estão registrados na contabilidade, não fazendo oficialmente parte do patrimônio do Instituto IEEP: Veículo Fiat Uno; 2 veículos Celta; 6 computadores de mesa; 2 computadores portátil; 3 Impressoras; 2 No Break; 2 Projetor; 2 Filmadoras; 1 Tripé; 4 câmeras fotográficas; 3 GPS; 4 celulares; 2 telefones fixos; 10 escrivaninhas; 6 cadeiras de escritório; 20 cadeiras de palha; 2 mesa; 1 geladeira; 1 Fogão 6 bocas e 1 industrial; 2 armários pequenos; 2 beliches; 8 colchões; 6 Cobertores; 4 travesseiros; 2 Acolchoados; 1 cofre; 1 estante / arquivo; 3 calculadoras; 1 rádio; 1 TV; 2 Ventiladores; 2 aquecedores; Utensílios de cozinha (talheres, copos, xícaras, pratos, panelas, etc).

Recomenda-se que seja realizado um levantamento detalhado de todos os bens, inclusive com valores monetários e seja efetuado um ajuste contábil para inclusão dos mesmos no patrimônio da entidade. Recomendamos ainda, que seja implantado um controle interno do patrimônio com a colocação de placas de identificação.

d) Elaboração do Demonstrativo de receitas e despesas

- Demonstrativo de receitas e despesas apuradas na contabilidade no período auditado:

EXERCÍCIOS	RECEITAS	DESPEASAS	SUPERAVIT/DÉFICIT
2006	103.122,84	125.122,49	(21.982,45)
2007	142.706,58	134.392,07	8.314,51
2008	130.995,16	98.318,58	32.676,58
2009	104.945,50	104.395,23	734,16
TOTAIS	481.770,08	462.228,37	

e) Revisão tributária, trabalhista-previdenciária:

Houve a realização de um levantamento nos setores tributário, trabalhista e previdenciário, conforme segue:

Setor tributário: Neste setor não foram encontradas irregularidades relevantes, inclusive todas as Certidões Negativas de débito junto aos órgãos competentes estão dentro do prazo de validade. Constatou-se também que as declarações obrigatórias estão sendo apresentadas em conformidade com a legislação vigente.

Setor trabalhista e previdenciário: No quadro de funcionários apresentado verificou-se a existência de 12 colaboradores, sendo que apenas 01 encontra-se registrado na entidade. Houve a recomendação de que seja efetuado o registro em carteira dos demais colaboradores ou seja adotado a prática de uso do Termo de Adesão para Trabalho Voluntário. No entanto, foi ressaltado que em caso da adesão ao Termo de Voluntariado, não seja realizado controles de jornada de trabalho, pois a mesma caracteriza vínculo empregatício.

Foi identificado no período auditado, a prática de emissão de recibos para pagamento de ajuda de custo totalizando R\$ 73.677,85. Verificamos que a emissão dos referidos recibos está sendo efetuada de forma irregular, pois estão utilizando recibos do próprio Instituto e sem a devida identificação dos beneficiários. Alertamos que esta rubrica é passível de incidência de impostos conforme legislação vigente. Como exemplo citamos o caso da incidência de INSS sobre o montante acima citado, considerando apenas a alíquota vigente sem as devidas atualizações monetárias cabíveis teríamos o valor de R\$ 14.735,57 a recolher.

f) Constituição:

Foram verificados os documentos referente a constituição e registro do

Instituto IEEP e concluiu-se que estão dentro dos procedimentos legais.

Referente as atas não houve acesso a ata de eleição da diretoria atual e do conselho fiscal.

Sugere-se que as mesmas fiquem arquivadas na sede do Instituto.

Além dos pontos acima citados, constatou-se durante o levantamento dos dados a existência das contas corrente abaixo relacionadas, sendo que as mesmas não foram contabilizadas nos seus respectivos períodos:

	Nº PROJETO	DESCRIÇÃO	ENT.FINAN.	VALOR	Nº CONTA	AG./BCO
	PROJETOS CONCLUÍDOS					
1	503495/2003-4	REDES LOCAIS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR	CNPQ	R\$ 99.530,10	334501-7	3262-X BB
2	02000.001815/2004-73	Manejo Sustentável da Floresta com Araucária em Faxinais	FNMA	R\$ 309.129,00	23403-8	0182-1 BB
3	177-MA	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	PDA	R\$ 69.800,00	28738-5	0182-1 BB
4	10.677	Bem Comum, Solidariedade e Transformação PAE/2003	CESE	R\$ 334.582,50	17876-4	0182-1 BB
e	14656	VII Feira da Comunhão e da Partilha	CESE	R\$ 5.000,00	24210-1	0182-1 BB
6	312-MA	Reinventando a Tradição	PDA - BB	R\$ 297.160,00	31719	0182-1 BB
7	BRA/99/025	Processos Sociais de territorialização no Bioma Floresta com A	PNUD	R\$ 85.500,00	30315-1	0182-1 BB
8	157866-74/2003	PRONAF	MDA/CAIXA	R\$ 101.660,00	1694-9	390 CEF
9	0171327-30/2004	PRONAF	MDA/CAIXA	R\$ 142.750,00	028-7	390 CEF
		SOMA		R\$ 1.445.111,60		
	PROJETOS EM ANDAMENTO					
1	17411	Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná	CESE	R\$ 7.000,00	31574-5	0182-1 BB
2	17680	Mobilização Social para Reconhecimento Formal	CESE	R\$ 7.000,00	31574-5	0182-1 BB
3	01400.005266/2008-64	Faxinalenses: Conhecimentos Tradicionais e Cultura Secular	Rosinha	R\$ 100.000,00	0712-5	390 CEF
4	BRA/08/012	Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comun	PNUD	R\$ 149.120,00	37366-4	0182-1 BB
5	16948	Fortalecimento das Estratégias Organizativas do Nucleo Mong	CESE	R\$ 9.000,00	31574-5	0182-1 BB
6	0184539-62/2005	PRONAF	MDA/CAIXA	R\$ 66.800,00	876-8	390 CEF
7	077/09	Centro de Difusão de C & T das regiões Centro e Centro-Sul	SETI	R\$ 435.160,00	836-9	390 CEF
8	56/09	Diálogos Culturais - Práticas Tradicionais e Cultura Secular	SETI	R\$ 132.006,00	762-1	390 CEF
9	45/09	Diálogos Culturais - Pescadores Artesanais, Quilombolas, Caiç	SETI	R\$ 132.006,00	777-0	390 CEF
10		Rede de Direitos	FBDH	R\$ 25.000,00	31574-5	0182-1 BB
		SOMA		R\$ 1.063.092,00		
		TOTAL		R\$ 2.508.203,60		
10	23-1812-02	Organizações Populares do Campo e da Cidade Construido Ali	HEIFER	USD 151.352,00	32497-3	0182-1 BB

Além das contas acima listadas, conforme resposta à carta de circularização recebida da Caixa Econômica Federal agência de Irati – PR, foi verificada a existência das seguintes contas, em apenso relacionadas: 121-6, 134-8, 227-1, 936-5, 2136-0, 10836-0, 12317-3, 453002-7 sendo que destas contas não obtivemos acesso aos documentos de sua movimentação.

Foi enviada também a carta de circularização ao Banco do Brasil agência de Irati - PR, solicitando a relação das contas corrente movimentadas no CNPJ do Instituto IEEP, no entanto até o momento não houve resposta.

Recomenda-se que todas as contas bancárias sejam contabilizadas retroativamente, pois as conseqüências pela não contabilização podem levar o Instituto IEEP à várias penalidades legais, inclusive o cancelamento de sua inscrição no CNPJ junto à Receita Federal do Brasil e conseqüentemente a devolução dos recursos dos Projetos aos respectivos financiadores, tendo em vista que as movimentações bancárias são devidamente monitoradas pelos órgãos competentes.

No decorrer da auditoria, foi identificado que em todos os convênios assinados pelos representantes legais do Instituto IEEP e as entidades financiadoras constam cláusulas específicas declarando a obrigatoriedade de contabilização da totalidade dos recursos recebidos, bem como manter todos os documentos fiscais e de prestação de contas arquivados de forma organizada por prazos que variam de 5 a 10 anos após a aprovação final das prestações de contas, mediante ofício específico expedido pelas entidades financiadoras. Houve o alerta de que o não cumprimento das referidas cláusulas poderá ocasionar o cancelamento dos convênios e a devolução dos recursos repassados.

4.1 PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE

(1) Examinada as demonstrações contábeis, bem como, toda a movimentação contábil, financeira, administrativa e patrimonial do instituto IEEP referente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua diretoria. A responsabilidade da auditora é a de expressar uma opinião sobre esses relatórios apresentados.

(2) Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles interno da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis apresentadas; e c) avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela entidade tomadas em conjunto.

(3) Verificou-se durante a realização dos trabalhos, no período auditado, a existência de diversas contas bancárias não contabilizadas, nas quais foram movimentadas aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Verificamos também, que a posição patrimonial da entidade registrado na contabilidade não condiz com a real posição.

(4) Ao final da auditoria externa, foi verificado que as demonstrações contábeis não representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e patrimonial, e o resultado das operações, e as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações dos recursos da entidade, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009, de acordo com o especificado no parágrafo (3), sendo as mesmas não elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades do Terceiro Setor encontram na Contabilidade um importante referencial para seu gerenciamento, pela condição de dotá-las de uma capacidade gerencial que pode otimizar os recursos, visando a qualidade das ações desenvolvidas, atendendo com eficiência e eficácia seus compromissos sociais.

Outro aspecto relevante refere-se ao uso da auditoria externa que, além de contemplar a análise dos demonstrativos e controles contábeis (se estão adequados aos princípios legais e contábeis vigentes), proporciona a organização do Terceiro Setor evidenciar a transparência de suas ações, gerando informações para o público interessado, que pode verificar a seriedade com que a instituição vem sendo gerida.

No tocante a auditoria externa realizada no instituto no desenvolvimento do estudo do caso, foi possível constatar a existência de algumas situações que necessitam ser revistas, evidenciando que representa um importante instrumento para que estas situações possam ser equacionadas, possibilitando o aprimoramento contínuo da organização.

Nesse sentido, foi possível identificar, em relação a problemática levantada, de que a auditoria externa é um componente relevante para as entidades do Terceiro Setor, possibilitando que seus gestores possam ter uma noção mais consistente acerca dos controles contábeis efetivados, como também possibilitar o exercício da transparência, permitindo que seus colaboradores, financiadores,

órgãos do Poder Público e a sociedade possam verificar a seriedade com que os recursos da instituição são geridos.

A auditoria externa realizada propiciou a apresentação de sugestões e recomendações que visam o aprimoramento dos documentos e demonstrativos auditados, para que possam propiciar o acesso a informações adequadas, favorecendo ao instituto estabelecer uma imagem de credibilidade e de responsabilidade que é essencial para atender tanto aos beneficiários como as instituições que concedem recursos.

Essa percepção atende ao objetivo geral proposto, no sentido de realçar que a auditoria externa é um componente gerencial relevante para as organizações do Terceiro Setor, incluindo a condição de exercer a transparência no tocante a forma com que seus recursos vêm sendo gerenciados.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Mariângela F. *et al.* **Gestão do Terceiro Setor no Brasil: Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Editora Futura, 2001.

CHIARATTI, Alexandre; PINTO, Ivan. **Sistema público de escrituração digital.** Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br/Jornais/filantropia218.htm>> Acesso em 22 de janeiro de 2012, às 20:4min.

COAN, Fernanda Mosseline Josende; MEGIER, Ivanir Helena. **A Contabilidade no terceiro setor: instrumento de transparência social.** Anais da VIII Jornada Acadêmica de Ciências Contábeis. Sinop: UNEMAT, 2010.

LAURINDO, Amanda Silva da Costa. **O papel do terceiro setor na efetivação dos direitos sociais no Brasil (1988-2006).** Dissertação de Mestrado. Campo dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2006.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 8-18, janeiro/abril, 2008.

MOTTA, João Maurício. **Auditoria – princípios e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PASSANEZI, Paula Meyer Soares; GUARIENTE, Daiane Aparecida Camargo; FREITAS, Ariana Cristina Botelho de; MONTEIRO, Wagner Oliveira. **A influência do Terceiro Setor para a economia brasileira.** Anais do XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos: UNIVAP, 2010.

RANGEL, Angelita. **Balanco Social - uma Ferramenta de Transparência e Responsabilidade Social do Terceiro Setor.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

RODRIGUES, Adriene Vallandro Tardin. **Intensificar o papel da auditoria nas empresas: ferramenta de segurança para a administração e garantia aos investidores.** Disponível em: <<http://www.univen.edu.br/revista/n010/INTENSIFICAR%20O%20PAPEL%20DA%20AUDITORIA%20NAS%20EMPRESAS%20%20FERRAMENTA%20DE%20SEGURAN%C7A%20PARA%20A%20ADMINISTRA%C7%C3O%20E%20GARANTIA%20AOS%20INVESTIDORES.pdf>> Acesso em 22 de janeiro de 2012, às 19:17min.

SALADO, Rigéria. **Quando mais transparente, mais colorido é o Terceiro Setor.** Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/projetosemparceria/bid/arquivos/Quantomaistransparentemais%20colorido.pdf>> Acesso em 22 de janeiro, às 18:58min.

SERPA, Maria do Carmo Aboudib Varella. Terceiro setor: retrospectiva histórica, avanços e desafios. In.: **Terceiro Setor: fundações e entidades de interesse social.** Vitória: CEAF, 2004.

SOLDI, Alexandra Ribeiro; HATZ, Cláudia Regina; SANTOS, Gilmar Rinaldini dos; SILVA, Meyriane Martins da. **Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas.** Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/06/4.6.14.pdf> Acesso em 22 de janeiro de 2012, às 18:45min.

SOUZA, Leandro Marins de. **Tributação do terceiro setor no Brasil.** São Paulo: Dialética, 2004.